OS AVANÇOS DAS MULHERES TERENA NO CAMPO DE REPRESENTAÇÃO SOCIOPOLÍTICO.

Lindomar Lili Sebastião¹

Resumo

O presente trabalho propõe descrever a atuação e os avanços da mulher indígena da etnia Terena² no campo de representação sociopolítico em suas comunidades, bem como as mudanças ocorridas ao longo do contato com a sociedade envolvente. A introdução de nova forma de organização trazida pelo *purútuye- não-indígena* a exemplo a implantação de Associações juridicamente legalizada como forma de interferência ao poder da liderança tradicional, a inserção das mulheres nos campos sociopolítico e na hierarquia tradicional de composição exclusivo masculino, culminando na tentativa ao cargo de vereança. Esses são fatos que lhes remetem ao protagonismo da mulher indígena dentro e fora da sociedade indígena, na contemporaneidade aonde aos poucos elas atuam conquistando voz e espaços.

Palavras-chaves: Mulher Terena. Organização. Protagonismo.

1. Os Guaná Terena no estado de Mato Grosso do Sul

O Terena, segundo Rodrigues (1994), é um povo oriundo do tronco linguístico Aruák. As línguas desse tronco linguístico são faladas em algumas regiões da América do Sul: Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e também em algumas ilhas antilhanas, como a ilha de Trinidad. Esse povo faz parte do subgrupo Guaná³, que dá origem a outros grupos étnicos, tais como os Kinikinao, Laiana, o Exoaladi entre outros, por isso optamos por mencionar o Terena neste trabalho, usando o termo Guaná Terena.

A saber, o estado de Mato Grosso do Sul é o segundo estado do país a agregar maior número de população indígena. De acordo com o senso demográfico realizado em 2010

¹ Mestra em Ciências Sociais/Antropologia pela PUCSP e Terena da terra indígena Taunay/Ipegue do município de Aquidauana/MS.

³ Refere-se a uma terminologia genérica, atribuída a um conjunto de povos autóctones, habitantes do Chaco paraguaio.

pela Fundação Nacional de Saúde, o número da população indígena em Mato Grosso do Sul está em torno de 67.574, distribuídos em 75 aldeias em 29 municípios. Esse número está distribuído entre os nove povos étnicos distintos, quais sejam: Terena, Guarani Kaiová, Guarani Nandeva, Kadiwéu, Quiniquinao, Ofayé, Atikum e Guató.

O Terena apesar de um intenso contato com a sociedade envolvente é um dos povos que conseguiram manter a sua língua de origem em sua grande maioria. A cultura desse povo mescla ao modelo do não índio, a exemplo: o uso da segunda língua, o português, necessário para o diálogo com a sociedade nacional, no que tange às negociações com as agências governamentais e não governamentais. Os novos hábitos, a aquisição e o uso de materiais tecnológicos compõem esse conjunto de elementos externos. O usufruto desses elementos e materiais não indica que os indígenas desfazem dos seus patrimônios culturais, materiais (casas coberta de palhas, artefatos, cerâmicas, entre outros) e imateriais (crenças, mitos, religião, língua, danças), bem como sua forma de organização social. Além do estado de Mato Grosso do Sul, há um contingente no estado de Mato Grosso e São Paulo exclusiva dessa estatística, fruto da estratégia pacificadora do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e pelo confinamento em suas reservas, a desterritorialização desse povo.

2. A introdução de uma nova forma de organização entre os Terena

Em meados dos anos 80, surge um novo sistema de organização entre o povo Terena trazido pelos *purútuye*⁴ denominado associação. Esse fato não se restringiu apenas na região de Mato Grosso do sul, mas em todo território brasileiro.

A pesquisadora Angela Benites Martinez (2003) enfatiza os objetivos da criação desta nova organização, que de fato compreendemos fugir do sistema de organização cultural tradicional indígena. A esse novo modelo de organização legal surge como ferramenta para garantir a demarcação de seus territórios e defender direitos, dentre os quais, está o de ocupar os espaços políticos da sociedade nacional.

Diante desta inovação trazida pelos *purutúye*, os Terena se vêem na necessidade de se organizarem, dando o início na formação de uma das primeiras organizações

⁴ Termo utilizado para denominar o não-indígena.

indígenas, o *Comitê Terena*⁵ ocorrido na década de 90. O Comitê Terena aglutinou toda a população Terena da região do Mato Grosso do Sul e sua função foi a garantia de direitos nas áreas da Agricultura, Saúde, Educação e Assistência jurídica na luta pela demarcação das terras tradicionais.

O Comitê foi um espaço de caráter comum onde todos obtiveram o direito a se manifestar nas reuniões que ocorriam num período de quatro encontros anuais. O Comitê Terena não estava registrado, entendo que a Constituição Brasileira, no seu artigo 231, garante suas próprias formas de se organizar.

Anualmente, as reuniões eram feitas no município de Aquidauana, porém, a organização foi se enfraquecendo devido às dificuldades de locomoção, alimentação e hospedagem. Por isso optaram por realizar os encontros nas aldeias indígenas, propiciando uma melhor participação da comunidade indígena local, uma vez que as reuniões aconteciam em variadas aldeias.

Dentre as questões em pauta para o trabalho do Comitê, estavam as prioridades:

Terra: “Recuperar a nossa terra mãe e exigir a justa e urgente demarcação”.

Cultura: “Incentivar o povo a recuperar a cultura, riqueza incalculável da comunidade”.

Unidade: “Lutar juntos pela nossa unidade, base firme para recuperar nossos direitos”.

Autonomia: “Criar as condições para desempenhar todas as atividades políticas, econômicas, sociais, religiosas, culturais”... Sem dependência externa.

Nesta mesma ótica, pautamo-nos também na antropóloga Graziella de Reis S’antana (2004), quando afirma que a criação do novo modelo de organização, ganhou força no final da década de 70 com a contribuição de vários antropólogos, missionários, jornalistas, advogados e outros. Com a incansável contribuição do CIMI – Conselho Indigenista Missionário surgiram, pois, as primeiras assembleias de cunho nacional indígena. Desta forma cita S’Antana (2004, p.19):

Com o desenvolvimento das assembleias e o crescimento do Movimento (nas décadas de 80 e 90), tanto ao nível nacional como internacional, os indígenas passaram a assumir e organizar as mobilizações, mas sempre com a colaboração (direta ou indireta) de diversos setores como a CONAGE – Coordenação Nacional dos Geólogos, a ABA – Associação Brasileira de Antropologia, além de parlamentares de vários partidos políticos e do próprio CIMI.

As várias organizações indígenas que surgiram na década de 80 em diante, a UNIND – União das Nações Indígenas que posteriormente passou a ser UNI, tinham

⁵ É um espaço comum onde todos podem se manifestar nas reuniões que ocorriam num período de quatro encontros anuais e que atualmente não existe mais.

como objetivo fortalecer o movimento. Ao longo dos anos, a UNI foi desmembrado, passando assim a dar abertura para a criação de associações locais nos diversos campos de lutas e reivindicações.

Em 1995, surge a primeira organização de mulheres, o CONAMI – Conselho Nacional de Mulheres Indígenas. Criar esta organização foi destinar o desenvolvimento com debate, o apoio e a defesa dos direitos das mulheres indígenas do Brasil, além de dar visibilidade à mulher como protagonista de suas lutas e trajetórias.

Interessam-nos ressaltar, que a introdução deste modelo recente de organização entre os Terena, a princípio trouxe muitas confusões e muitas indagações para chegarem à compreensão dos objetivos envolvidos.

MARTINEZ (2003, p. 41) traz-nos a declaração dos propósitos do novo modelo de organização sob os moldes do regime *purútuye*:

Em meados da década de 1980, houve uma grande movimentação em todo o país. Um partido, supostamente de esquerda, (PMDB), assumiu a maioria do governo com proposta de mudanças e investiu nos movimentos comunitários, mas seus interesses meramente politiquieiros não tardaram a aparecer.

Assim, qualquer investimento de cunho social era feito através de associações juridicamente construídas. Dessa forma também a política indigenista do governo assumiu os mesmos moldes... Os governos dos estados e municípios poderiam assim controlar mais de perto as ações nas aldeias.

A citação acima nos leva a reflexão da realidade que essa organização trazida pelo outro, o *purútuye*, está presente no cotidiano das associações entre as aldeias das terras indígenas do município de Aquidauana – MS. As aldeias estão pulverizadas em várias associações, muitas vezes sofrem grande interferência do governo estadual e municipal. Desta forma, a introdução desse novo sistema de organização veio acarretar a desestruturação da organização política tradicional, no qual o líder, na figura do cacique perde poder e prestígio para os presidentes de associações, quando estas se estabelecem interligadas aos interesses do governo.

No entanto, sob outro véis da questão, alguns objetivos tiveram sucesso por meio de parceria, mesmo com a interferência governamental, tal como as associações dos agricultores presididos pelos homens. De caráter imediatista, as associações funcionam justamente para atender as necessidades coletivas, como: aquisição de um maquinário (trator) e manutenção da máquina, aquisição de sementes para o plantio, podendo usar a força da associação também para questões políticas, reivindicações e intervenções no preenchimento de cargos públicos.

3. As associações das mulheres Terena

Com a proliferação do novo tipo de organização indígena nas aldeias, as mulheres também começam a se organizar. No final de década de 90, as Terena se veem no momento de se organizarem enquanto categoria feminina e logo obtém apoio governamental (quando convém ao governo), porém, ocorre a chamada interferência política partidária em algumas associações.

Não devemos esquecer que a criação de associações foi introduzida pelos próprios *purútuye* e não pelos Terena.

Desta forma, criou-se uma expectativa entre as mulheres de poderem formar outras associações onde elas pudessem estar juntas para também contribuir no contexto social da comunidade, tal como coloca a entrevistada, Nézia Francisco Coelho, aldeia Bananal:

A iniciativa de montar as associações veio dos *purútuye*. A Jane do IDATERRA que hoje é o AGRAER nos disse que era preciso ter uma associação e aí ela veio fazer varias reuniões, até o pessoal entender o que era de fato essa associação, para que as mulheres daqui tivessem alguma atividade extra. O objetivo era ajudar o esposo na renda familiar e funcionou naquela época. Nós conseguimos máquina de costura pelo programa federal Fome Zero, aí trouxeram curso de corte e costura para que as mulheres pudessem aprender a costurar. Durante o tempo que fui presidente da associação teve renda, sabe, eu fazia assim: quando trabalhava todo mês eu prestava conta do trabalho para as mulheres, daí dividia o dinheiro e retirava uma porcentagem para o caixa da associação repor o material que faltasse (40%). Fazíamos também cestaria. E depois de mim, do término do meu mandato foi repassado para a nova presidente que não deu mais continuidade ao trabalho e até hoje está parado.

Na maioria das aldeias do município de Aquidauana, existe pelo menos uma associação de mulheres. Na aldeia Bananal existem duas associações, uma presidida pela dona Aracilda Candido e outra pela dona Eliane Mendes Maia, substituta de dona Nézia Francisco Coelho que administrou a associação por sete anos. Na aldeia Água Branca, existe uma associação de mulheres presidida pela dona Figênia da Silva Samuel. Ela foi fundada em 2001 e até o momento, a primeira presidente continua no cargo.

Segundo as presidentes de associação de mulheres, o objetivo da criação destas associações é a busca de um trabalho autossustentável. Enquanto o homem faz a roça, trabalha com o plantio ou até mesmo trabalha como boia-fria nas usinas de cana-de-

açúcar e outros na lida nas fazendas. Elas permanecem em casa sobre a responsabilidade de cuidar da família.

Para obter uma renda e manter a família, elas trabalham dentro das associações na fabricação de artefatos, tais como a cerâmica, as biojóias, a tecelagem e assim buscam parcerias com os órgãos governamentais, onde raramente são atendidas com cursos profissionalizantes, tais como o corte e costura e aperfeiçoamento do artesanato.

Para uma melhor produção de cerâmica, algumas associações e grupos de mulheres foram atendidas com curso de aperfeiçoamento patrocinado pelo órgão governamental. Foram contratadas mulheres de outra região, neste caso, mulheres da aldeia Cachoeirinha, município de Miranda, tidas como excelentes ceramistas, para que pudessem repassar suas experiências.

Todo o material é comercializado nas feiras da cidade de Aquidauana e Campo Grande, exceto as confecções de roupas que são comercializadas dentro das próprias aldeias. Porém, nem sempre as associações funcionam como as mulheres idealizam, havendo diversas barreiras que geralmente as desalentam, como a falta de materiais para o trabalho, principalmente quando se trata de confecção de objetos que não detém recursos da própria natureza e principalmente a dificuldade de locomoção para ir até a cidade e reivindicar aos órgãos públicos culminando com a falta de apoio da política interna, como cita a entrevistada, Eliane Mendes Maia:

Olha, eu atuei um tempo, aí 2007 pra cá houve falta de apoio para ajudar o trabalho, lembro que foi na época do Arilson Candido quando era cacique, ainda tinha passe livre que facilitava, aí entrou outro cacique e eu não era da mesma turma dele, e então, ele me afastou, e não tinha mais como ele me ajudar e ouvir o que eu preciso para manter as mulheres sempre unidas, né. Então foi onde perdi minha força, quase já não conhecia as pessoas lá fora para me ajudar. Mas aqui as mulheres aprenderam a costurar, fazer tricô, crochê, artesanatos. Então é esse o obstáculo que a gente encontrou. Agora vontade a mulher tem, né. Então foi isso aí que aconteceu, onde a nossa associação faliu, falta de apoio. Então a liderança diz que você não é do grupo de cá, você é do outro grupo político.

Percebe-se que a dificuldade em manter ativa a associação, ultrapassa a simples falta de materiais para o trabalho, a falta de apoio entre as lideranças tradicionais tem se tornado a mais cruel estratégia de luta de poder interno. Não obstante a falta de apoio da política interna no desenvolvimento dos trabalhos, a falta de suporte também se encontra dentro dos órgãos governamentais, os quais interferem no processo de desenvolvimento do trabalho coletivo.

Para que a organização seja atendida é preciso que o presidente esteja dentro dos interesses político-partidários do governo, caso contrário, não acontece, como salienta a entrevistada Nézia Francisco Coelho, aldeia Bananal:

Veja bem, eu tinha um projeto e este deveria passar pela prefeitura, chegando lá, ele foi engavetado, justamente para que eu não fosse atendida. E outra, quando eu fui convidada para fazer o curso de enfermagem (atendente), se fosse nos dias de hoje, jamais iriam me indicar para fazer o curso, porque as pessoas são selecionadas de acordo com o grupo que pertence.

As mesmas dificuldades encontradas pelas mulheres desta localidade é o que tem ocorrido em outras aldeias, onde existem ou existiram grupos de mulheres, como por exemplo, na aldeia Lagoinha.

Algum tempo atrás, havia duas associações de mulheres, no qual se destacava a associação presidida por dona Olaíde. Nesta época, segundo os relatos, houve grandes avanços na atuação das mulheres, pois durante o governo do Zeca do PT (José Orcírio Miranda), houve muito apoio para as mulheres Terena, já no mandato do governador atual André Puccineli, nunca se viu um trabalho voltado para a questão indígena, especialmente aqueles que envolvem as mulheres. Assim relata a entrevistada, Ilza Moreira, aldeia Lagoinha:

A Associação quando presidida por dona Olaide, as mulheres se reuniam para trabalhar, confeccionar artesanato como o crochê. Várias mulheres participaram de curso crochê ministradas por mulheres profissionais da área, enviadas pelo governo do Estado de MS. Naquela época, era bem mais fácil, tínhamos apoio do governo para trabalharmos na associação, tudo começou a desaparecer no novo governo, o governo do Puccineli, desde então não tivemos mais nenhum apoio vindo dele, as coisas ficaram muito difíceis.

Cabe-nos aqui salientar que apesar de enfrentarem as dificuldades mencionadas, as mulheres atuantes nas associações geralmente são mulheres que recebem prestígio pelo trabalho que desenvolvem na comunidade.

São também membros de associações que geralmente representam a categoria feminina nos encontros indígenas e movimentos de mulheres indígenas estaduais e nacionais. Nesse campo, elas levam para a discussão questões relacionadas à terra, à saúde, à educação, entre outros, para serem analisadas, buscando uma saída para sanar as dificuldades que elas presenciam em suas comunidades.

Desta forma, a mulher Terena não se torna apenas a guardiã da família, a simples mulher do trabalho doméstico e do trabalho coletivo na associação, mas se trata de mulheres guardiãs de sua comunidade, a guardiã de seu povo.

4. A presença da mulher nos cargos de liderança tradicional.

Falar da ocupação da mulher nos cargos de liderança tradicional, nos remete a olhar para o passado histórico da mulher indígena, em especial a Terena. Entre os autores antropólogos, cronistas e indigenistas que tiveram contato com os Terena, encontramos poucas referências sobre a atuação da mulher no contexto social de seu povo.

Sobre nosso olhar antropológico e a possibilidade de convívio e pertencimento a este povo, nos possibilitou conhecer um pouco mais sobre a atuação da mulher neste contexto pertencente ao universo masculino, dentro da tradição.

Remetemo-nos ao recorte temporal da década de 80, época em que as aldeias estavam quase que distantes do mundo globalizado. As informações se restringiam a poucas rádios que existiam, acesso a televisão era muito raro, sobre a internet jamais ouvíamos falar. Algumas poucas redes de energia nas ruas que se cruzavam com as pequenas ruas abertas pelas mãos dos homens.

A década também marcada pela minha adolescência nos fez refletir sobre os papéis que as mulheres exerciam em casa ou no contexto sócio-político da sociedade Terena. Visto que as mulheres se restringiam ao trabalho doméstico e poucas frequentavam a escola, diferente dos homens, que desde épocas mais distantes, já tinham os privilégios e um deles era o da educação formal. Às mulheres cabia apenas o conhecimento das primeiras letras e, a saber assinar seu nome, tal como relata a entrevistada, Marta Alexandre Francisco:

A mulher de antigamente ela ficava mais dentro de casa, era mais caseira, cuidando da casa, da comida, dos filhos. A mulher de antes não tinha direito de estudar, porquê eu não sei. Mas os pais sempre diziam que sabendo assinar o nome já bastava. Só estudavam até a 2ª série. A minha mãe, o meu pai, só assina, mas minha mãe sabe alguma coisa de leitura. Diziam que por ser mulher, não precisava de estudo. Precisavam era saber fazer as coisas de casa, fazer cerâmica... O estudo era mais para os homens.

Compreendemos que a educação formal nesta época não era considerada importante para as mulheres, visto que a elas cabiam os afazeres domésticos, onde permaneciam impedidas de participação dos assuntos sócio-políticos da comunidade [campo exclusivo dos homens, até então].

A mulher não participava das reuniões da liderança tradicional que ocorriam periódicas ou quase que cotidiana na aldeia Água Branca (aldeia de pesquisa). Tido

como espaço de poder de decisão, envolvendo questões do interior da comunidade local, onde toda a estrutura hierárquica de liderança era formada pelos homens.

A esta relação, buscamos reflexão em Bourdieu (2002), segundo o autor, a divisão sexual está incorporada ao “trabalho”. O trabalho conseqüentemente remete o homem a produção e reprodução do capital social e simbólico. Ao homem cabe a exclusividade das atividades de caráter público, às questões de poder.

Quanto às mulheres, tornam-se protagonistas de bens simbólicos através dos laços matrimoniais que favorecem a manutenção da reprodução do capital e dos bens simbólicos. Bourdieu (2010, p.62): “As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos (assembleia, mercado), em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, o jogo da honra.”

Ainda o autor, nos demonstra as três instâncias da reprodução da dominação reproduzida pelo homem. Primeiro essa reprodução está presente na família que reproduz a dominação e a visão masculina, educando segundo seus costumes, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho desde a infância, no qual, alguns trabalhos são exercidos pelas meninas e outros exercidos pelos meninos.

Segundo, a igreja carrega consigo a marca do antifeminismo, condenando a mulher pelo próprio modo de se apresentar, composto de uma visão negativa da existência da mulher. Reproduz valores patriarcais usando o dogma para explicar a sua inferioridade.

Terceiro, a escola fora da tutela da igreja, continua a transmitir o antagonismo, a imagem patriarcal baseada na figura e na relação de homem/mulher, criança e adulto e possivelmente representada em sua hierarquia como mestre e aluno, superiores e subordinados.

Na sociedade Terena, desde antes, somos educados a obedecer ao homem, a reverenciar os mais velhos, principalmente em se tratando de figura masculina que é muito mais valorizada que a figura feminina.

Desde antes, as meninas são responsáveis pelo cuidado dos irmãos (meninos), a lavarem suas roupas, a cuidarem de seus pertences, a atenderem suas pequenas necessidades.

Na aldeia Água Branca, em meados dos anos 80 e 90 quando não havia sistema de água encanada, buscava-se água nos poços, cabendo às meninas e às mulheres exercerem essa atividade, pois não ficava bem o homem carregar as vasilhas com água,

as quais as mulheres carregavam na cabeça. Tratava-se de um trabalho vergonhoso para homem e assim, eles eram encarregados de exercerem as atividades mais nobres.

Na aldeia, desde o princípio e de acordo com a tradição, as lideranças são masculinas, escolhidas pela sua boa índole perante a comunidade. Homens de trajeto histórico de boa fama (no sentido da moral), principalmente no que se refere à questão familiar e além do espírito guerreiro em prol da comunidade, tal como aborda Sant'ana (2004, p.27): “embaixadores de suas aldeias, representantes de seus respectivos povos”.

No início da década de 90, iniciaram-se os primeiros sinais da participação feminina em reuniões da liderança, ainda mesmo que timidamente. Com a criação das associações, houve um impulso na sua participação.

Na década de 90, período de gestão do cacique Antenor Augusto da Silva (aldeia Água Branca) e com a participação das mulheres, ouvindo as discussões que se realizavam dentro da aldeia, por meio das reuniões internas com o cacique e seus membros do conselho, surge a ideia de trazerem a mulher para uma participação ativa e ocupação dos cargos de membros do conselho tribal, pelos próprios homens que estavam no poder, pressionados pelas necessidades. Assim relata Antenor Augusto da Silva, ex-cacique da aldeia Água Branca:

A mulher trabalha, ela assume a responsabilidade da casa: lavoura, pesca, cuidados gerais e dos filhos. A mulher também é conselheira. Nas reuniões sua opinião é aproveitada para o bem da comunidade. Ela também é capaz de liderar. Ela vai aprendendo no decorrer, mas também existe a discriminação.

Eu vejo que a mulher tem direitos iguais, então, o processo da mulher fazer parte da liderança iniciou-se no ano de 1994, quando tivemos as primeiras mulheres conselheiras, são elas: Dona Eliane Mendes, dona Leda Mamede, Dona Arminda Lili Francisco e Dona Lucila Felipe. Então, eu vejo a mulher assim.

Apesar das mulheres da aldeia Água Branca começarem a ter visibilidade no campo da política tradicional, elas ainda caminham muito timidamente. Porém, nesta mesma época, a aldeia Ipegue também lança suas primeiras conselheiras e na ocasião, percebemos sua forte presença.

Durante a gestão do cacique Mauro Paes da aldeia Ipegue, formaram-se também as primeiras mulheres conselheiras tribais: Dona Lidia Vicente, Dona Odete Lipú e Dona Miguelina da Silva. Essas mulheres foram convidadas pelo cacique da época para compor o conselho tribal, atuando nas reuniões internas e externas.

As reuniões internas ocorrem periodicamente para um bom diálogo entre a liderança tradicional e a comunidade. Ao lado desta equipe estavam essas mulheres de

voz ativa em todas as reuniões. Nas reuniões externas, como por exemplo: no gabinete do prefeito, nos setores do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, na FUNAI e nos movimentos indígenas, estavam elas cumprindo com seus papéis de representantes de sua comunidade.

Dona Miguelina da Silva foi uma das mulheres que sempre esteve presente nos movimentos indígenas ocorridos em Brasília, Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo. Em meados de 2000, ela foi escolhida para representar seu povo no encontro de xamãs em Nova York, um trabalho vindo da tradição que ela exerce.

Percebemos que durante esta atuação, essas mulheres representaram o poder feminino, a capacidade em atuar nesse campo e serem respeitadas. Ao lado do cacique elas também atuavam para solucionar os problemas sociais vivenciados pelo grupo, principalmente problemas com bebidas alcoólicas, um dos maiores existentes na região, como relata Miguelina da Silva, aldeia Ipegue:

Nós fomos convidadas pelo Mauro, cacique na época. Aceitamos porque pensamos que poderíamos contribuir com ele. Então falamos uma para outra: vamos, vamos fazer esta experiência. E quando víamos algo de errado na gestão do cacique, jamais tínhamos receio de chegar até ele para aconselhá-lo. Uma dessas vezes, eu o chamei aqui porque vi algo de errado. Uma pessoa veio aqui em casa me avisar que a ambulância tinha sido levada para o distrito e que não era prestação de socorro. Então eu chamei a atenção dele e disse a ele que deveria tomar providências.

Fomos nós, mulheres conselheiras, que também trouxemos a Polícia Federal aqui na aldeia para fazer reunião de esclarecimentos e atuar na aldeia, área federal, porque aqui aconteciam muitos problemas durante as festas devido a bebida alcoólica. Não tínhamos medo, nós cumpríamos com o nosso papel.

Percebemos a mulher conselheira ou atuante no espaço sociopolítico da comunidade são mulheres de personalidades firmes em suas decisões. Prontas para combaterem qualquer eventual incoerência da administração e também buscando estratégias para resolver problemas gerais.

O ano de 2009 tornou-se um marco histórico para as mulheres Terena com a vitória da primeira mulher cacique nas urnas eleitorais da aldeia Marçal de Souza. Dona Enir Bezerra, 54 anos, natural da aldeia Limão Verde, município de Aquidauana. Na sua adolescência, por decisão de seus familiares, migrou para cidade de Campo Grande em busca do trabalho remunerado. Durante sua fase adulta, a líder Terena começa a se envolver nos movimentos políticos e a trabalhar em prol dos índios migrantes da capital do estado. Sua luta foi de muitos anos até culminar com a fundação da aldeia urbana

Marçal de Souza, uma de suas conquistas. A terra ocupada em meados de 1995 transformou-se em aldeia urbana em 12 de fevereiro de 1999, situada em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, com uma população de 700 pessoas vindas de várias aldeias tradicionais do estado.

É muito provável que sua rica trajetória de líder ao longo do tempo foi um fator decisivo para a ocupação do maior cargo da chefia tradicional, além do trabalho de luta reconhecido pela comunidade, mas o fato de ser uma mulher trouxe algumas indagações e conflitos na esfera masculina, que buscava argumentos para a não ocupação do cargo, como podemos ver e sentir nas palavras de um Terena da aldeia urbana Marçal de Souza:

Eu nunca ouvi falar de uma mulher cacique, e pra ser, tem que ter muita responsabilidade e pra mim eu não estou de acordo com isso. Isso tem que ser cancelado porque vai desmoralizar a nossa cultura indígena. (Ademir Gonçalves, 38 anos).

O fato inédito na cultura tradicional Terena é abrir uma porta de entrada para as mulheres, mulheres líderes que muitas vezes ficavam no anonimato em suas aldeias, visto que jamais na historiografia Terena houve uma liderança feminina. O meu objetivo, diz a cacique “É trabalhar para o meu povo, resolver os problemas, apoiar, a luta é a mesma, apenas a metodologia que é diferente”.

As tensões se entrelaçam com o reconhecimento de que a mulher indígena também tem o direito de estar no poder. O fortalecimento dessas ideias é a percepção de que as mulheres não indígenas estão nos mais diversificados campos de atuação política e administrativa da sociedade brasileira.

Assim como Enir Bezerra, fluem outras mulheres no interior das aldeias tradicionais para concorrerem ao cargo. Na aldeia Água Branca em 2010 foi lançada na chapa de eleição para cacique da aldeia, dona Figênia da Silva Samuel. Na aldeia Ipegue, neste mesmo ano, lançou-se a dona Enedina Gomes⁶. Alguns anos anteriores, na aldeia Moreira, a presidente da Associação dona Silsa Vieira também concorre ao cargo.

⁶ Enedina Gomes se retirou devido a aliança feita com o candidato que atualmente responde pelo cargo.

Presenciamos também, a mulher hoje, lamentar a atuação das lideranças masculinas dentro das aldeias. Retomam na memória alguns anos atrás quando as lideranças eram compostas de pessoas com a qualidade de verdadeiros líderes. Segundo elas, os líderes eram verdadeiros homens de pulso firme, que lutavam pela sua comunidade sem depender dos desmandos dos políticos *purútuye*, mesmo não letrados, como salienta a entrevistada Regina Miguel, aldeia Lagoinha:

Mas o que nos vemos aqui na Lagoinha, pelo menos aqui onde moro, é que não temos mais líder! Líder que digo é aquela pessoa que luta pelo seu povo, pela sua comunidade e que não deixa os *purútuye* interferir aqui dentro. Hoje você pode ver, quem manda aqui dentro são os políticos. Há grande interferência deles, causando a divisão de nossa comunidade. Agora, eu disse que na próxima eleição eu vou sair à candidata. Alguém tem que fazer alguma coisa, a nossa aldeia precisa disso. Precisamos resgatar o líder de antigamente.

Com o anseio de resgatar o líder de antes, caracterizado pelo respeito e autonomia, a mulher se vê capacitada a trabalhar nesse universo de poder. Elas buscam forças para sua visibilidade nas instâncias políticas e procuram incentivar aquelas que permanecem na timidez.

Como já salientamos anteriormente, no final da década de 90, prevalece a participação das mulheres no contexto sociopolítico de sua comunidade, seja na atuação como presidente de associação, ou na presença nas esferas políticas da sociedade envolvente, participando como candidatas ao cargo de vereadora no município de Aquidauana e Miranda. As mulheres que se lançaram ao cargo foram: Janete Lili, Katia Amado, Marilza Gabriel e Silsa Vieira. Embora não tenha conseguido se elegerem, ao menos conseguiram espaços para a tentativa, segundo afirma uma das candidatas.

Atentamo-nos aqui que não nos referimos apenas às mulheres de uma só comunidade Terena, mas procuramos buscar as mulheres enquanto um só povo, partindo de um ponto referencial geográfico que é a aldeia Água Branca. Percebemos que entre as mulheres, existem aquelas que mais participam nas questões sociopolíticas da aldeia, porém, existem aquelas consideradas tímidas, as que geralmente ficam no canto apenas ouvindo.

O ouvir em silêncio, não significa que ela esteja acatando todas as decisões, seja da educação, da saúde, da aldeia local ou das lideranças tradicionais. É no momento das incertezas que elas se apresentam para opinar, como relata Edivaldo Félix, da aldeia Lagoinha:

Eu tenho notado uma coisa, geralmente as mulheres são tímidas, mas quando levanta uma mulher pra falar, geralmente ela já vem pra resolver um assunto, o homem fica discutindo, discutindo e a mulher fica ouvindo, aí quando ela levanta,

fala: eu acho que deve ser assim. Então geralmente, quando ela levanta, ela já vem pra resolver o problema, e, pra decidir a reunião.

A mulher Terena busca espaço na composição da liderança tradicional, na representação das associações, nos cargos administrativos da educação e posteriormente no cargo de vereadores do seu município, como tem acontecido nos últimos anos.

As mulheres politizadas acreditam que a inserção do indígena [seja homem ou mulher] no sistema político brasileiro abre espaços e cria forças para as reivindicações de políticas públicas para esse público. Mas como conseguem chegar a este patamar?

A estratégia criada é justamente o trabalho da boa vizinhança, no qual as mulheres têm tentado se articular, com trabalho de conscientização da parceira, a união para atingir o objetivo projetado, que segundo elas, é uma necessidade de conquistar espaço dentro do governo, principalmente para os próximos anos que estão a caminho.

5. Considerações Finais

Considera-se como povo, toda sociedade formada segundo seus costumes, língua, tradição e forma de organização. Assim apresentam-se os Terena, povo de origem autóctone que ao longo de sua história veio das terras chaquenhas e foram arremessados do lado oriental do rio Paraguai no século XVIII. Hoje estão presentes em grande número no território sul-matogrossense. Durante o povoamento nas terras brasileiras, se depararam com vários fatores, levando-os à aquisição da cultura predominante como forma estratégica para sua sobrevivência.

A nova forma de organização entre os Terena, introduzida pelos *purútuye* como dissemos no capítulo quarto, levou a mulher a sair do anonimato, de um local invisível, para as repartições públicas, se posicionando no campo da atuação política, seja ela na inserção na política tradicional ou na política nacional brasileira. Na administração das associações, na administração da educação, na participação dos encontros de movimentos indígenas e movimentos de mulheres indígenas que envolvem várias discussões (Educação, Saúde, Território). Segundo S'Antana (2010)“ A participação da mulher Terena tem sido constante e crescente nos campos da aprovação de projetos financiados por agencias governamentais e não governamentais bem como nos debates envolvendo o movimento indígena”.

À mudança cultural da mulher Terena, cremos ser possível afirmar, estar ligada à introdução de novos valores culturais vindos de fora, do exterior para o interior da

cultura indígena, favorecendo a visibilidade e o fortalecimento desta mulher no âmbito cultural, social e político. Galan (1994) salienta que os Terena quando passaram a manter maior contato com a sociedade brasileira, sofreram transformações em sua cultura.

Balandier (1997) também nos traz fundamentos mostrando-nos como a modernidade promoveu rupturas e dinâmicas de reordenação sociocultural nas sociedades envolvidas: o absorver novos valores, novos hábitos, uso de novas tecnologias introduzidas pela ordem moderna, no que tange aos elementos que a globalização oferece. Estes processos tem se apresentado constantemente em meio à comunidade indígena e tidos como um dos canais da introdução de novos hábitos exógenos.

Com a introdução de novos valores, das transformações de pensamento, o homem enquanto líder em sua comunidade e pressionado pela necessidade, recorre à tradição, trazendo a mulher para a atuação no campo político, que até então era sua exclusividade. Recorrer à tradição, nos lembra a continuidade dos papéis complementares entre ambos, assim como sempre ocorreu dentro da tradição.

6. Referencial Bibliográfico

BALANDIER, Georges. *Antropo-lógicas*; tradução de Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1997

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GALAN, M.C.S. *As Terena*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1994.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. *Diário de Campo*. 2011.

MARTINEZ, Angela Benitez. *Mitos e Ritos do Povo Terena: uma analogia com a mitologia grega*. Campo Grande: UCDB, 2003.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras, para o conhecimento das línguas indígenas*, 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SANT'ANA, Graziella Reis de. *A Dinâmica do Associativismo Terena no espaço urbano*. Dissertação de mestrado da Universidade Estadual Paulista – campus Marília, 2004.

História, Espaços, Ações e Símbolos das Associações Indígenas Terena. Tese de doutorado. UNICAMPI, 2010.